



## O uso da IA nas relações de consumo levanta questões sobre responsabilidade, transparência e discriminação algorítmica

### Autor(res)

Thiago Luiz Sartori  
Viviane Ferreira De Oliveira  
Ruana Pereira Martins  
Alexsandro Grauber Duarte Pereira  
Gabriela Lopes Rocha Fernandes  
Antonio Joaquim Da Silva

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

FACULDADE NOVE DE JULHO (FNJ - OSASCO/SP)

### Introdução

O Brasil é o sétimo país mais consumista do mundo, tendo uma das populações que mais interage com a inteligência artificial em seu cotidiano, uma vez que consumidor e produto são conectados em sua maioria por sistemas gerenciados por IA. A falta da devida intervenção humana na coleta de dados acaba por comprometer a veracidade dos resultados gerados por algoritmos, violando assim direitos fundamentais garantidos aos indivíduos em nosso ordenamento jurídico, como a liberdade, a igualdade e até a dignidade ao terem sua autonomia limitada por mecanismos como geopricing e geoblocking, que restringem o acesso a produtos, serviços e conteúdos com base na localização geográfica do consumidor.

### Objetivo

Este resumo tem como objetivo analisar o impacto da ausência de uma legislação específica sobre o uso da inteligência artificial no ordenamento jurídico brasileiro. A falta de regulamentação adequada compromete os princípios constitucionais, agravando a discriminação contra determinadas classes e grupos étnicos devido à falta de transparência nas práticas das empresas que utilizam IA.

### Material e Métodos

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, que permite uma análise detalhada sobre o tema em questão.

Para isso, foram consultados artigos e publicações relevantes, relacionadas à inteligência artificial, como seu surgimento as relações de consumo, discriminação algorítmica, além da



leitura da literalidade da Lei brasileira, para fundamentar que é imprescindível que o uso da inteligência artificial seja regulamentado através de uma lei específica.

### Resultados e Discussão

A Inteligência Artificial (IA) simula a inteligência humana, otimizando tarefas como análise de dados e reconhecimento de padrões. Com o aumento do consumo no Brasil, a transparência das empresas que utilizam IA torna-se essencial. A legislação deve garantir a veracidade das informações e a responsabilidade por danos aos consumidores, prevenindo vieses que favorecem determinados grupos e criam bolhas de consumo, muitas vezes por meio da coleta indireta de dados, como a geolocalização. A discriminação algorítmica, proibida pelo artigo 20 da LGPD, e a proteção à liberdade de escolha prevista no CDC reforçam a necessidade de uma regulamentação específica para a IA.

### Conclusão

O Brasil não possui uma lei específica em vigor que regule o uso da inteligência artificial. No entanto, há um Projeto de Lei em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 2.338/2023) de autoria do Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) que visa definir regras nacionais para o uso responsável da inteligência artificial no Brasil, com o objetivo de proteger direitos fundamentais e garantir sistemas seguros e confiáveis para a sociedade e o desenvolvimento tecnológico.

### Referências

<https://www.zendesk.com.br/blog/qual-e-a-origem-da-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 17 mar. 2025.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-01/brasil-esta-entre-os-paises-que-mais-usam-inteligencia-artificial#:~:text=Pesquisa%20feita%20pela%20Ipsos%20e,m%C3%A9dia%20global%20ficou%20em%2048%25>.

<https://www.migalhas.com.br/depeso/340680/discriminacao-algoritmica-nas-relacoes-de-consumo>.